Chiarelli será o fiscal do Governo

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) foi eleito ontem presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado como primeiro ato de represália à sua destituição da liderança do PFL, coordenada pelo Governo. Chiarelli, no entanto, não está seguro no cargo, de onde pode ser retirado pelo futuro líder do PFL, senador Marcondes Gadelha (PB).

A Comissão de Controle e Fiscalização foi constituída, na segunda-feira, de comum acordo entre Chiarelli e o líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso. Dos seus 17 integrantes, 10 são contra o Governo e sete podem ser considerados favoráveis. Essa composição foi um dos fatores que apressaram o processo de destituição de Chiarelli da liderança do PFL, que será concretizada na segunda-feira, com a leitura, em plenário, do ofício de oito senadores indicando para o lugar o senador Gadelha.

A posse de Chiarelli na Presidência da Comissão, ontem, foi uma nítida manifestação contra o Governo, apesar das cautelas para evitar essa caracterização. Chiarelli, por exemplo, disse que a Comissão funcionará irmanada com a CPI da Corrupção,

da qual é relator, podendo receber desta uma grande quantidade de denúncias, que chegam "aos borbotões".

Os senadores Affonso Camargo (PTB-PR) e José Paulo Bisol (PMDB-RS), também integrantes da CPI da Corrupção, enfatizaram a necessidade de haver uma ação fiscalizatória. Como Chiarelli, frisaram que essa fiscalização não era contra uma pessoa, mas em favor da moralidade pública. Bisol, que citou Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, ressaltou não entender o complexo de perseguição de alguns quando há fiscalização e manifestou sua esperança de que a Comissão contribua para "restabelecer a dignidade do político".

ADVERTÊNCIA

O mais incisivo pronunciamento foi de Cardoso, que destacou estar "muita gente preocupada" com a fiscalização, mas que esta tem de ser exercida com serenidade, indo até o fim, sem receio de "ameaças e chantagens". Repetiu que a Comissão não tem interesses políticos, não visa a este ou a aquele, mas cumprir sua missão fiscalizadora.

"A ação da Comissão tem de ser melhor compreendida pelos governadores, que não podem reagir contra a fiscalização. A democracia exige vigilância, prestação de contas. Não há por que transformar essa rotina num fantasma que chamam, agora, de terrorismo moral. Longe de nós qualquer terrorismo, mas, perto de nós toda a moral", disse o líder.

A referência, não expressa, foi uma indireta ao presidente José Sarney que, há poucos dias, acusou a CPI da Corrupção de estar fazendo terrorismo moral.

São os seguintes os integrantes da Comissão de Fiscalização e Controle:

PMDB — Almir Gabriel (PA), José Paulo Bisol, Mendes Canale (MS), Nelson Wedekin (SC), Rui Bacelar (BA), Ronan Tito (MG), Mauro Benevides (CE), Leite Chaves (PR), Wilson Martins (MS) e João Calmon (ES).

PFL — Afonso Arinos (RJ), José Agripino (RN), Guilherme Palmeira (AL) e Carlos Chiarelli.

Outros Partidos — Roberto Campos (PDS-MT), Virgílio Távora (PDS-CE) e Carlos Alberto (PTB-RN).